

STJ00096118

série *GVlaw*

Fabia Fernandes Carvalho Veçoso
Coordenadora


DIREITO, GESTÃO E PRÁTICA

Direito Internacional em Contexto

Daniel Campos de Carvalho
Fabia Fernandes Carvalho Veçoso
João Alberto Alves Amorim
João Henrique Ribeiro Roriz
Liliana Lyra Jubilut
Luciana Maria de Oliveira
Marina Feferbaum

2012

 **Editora
Saraiva**

 **FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS**

■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■
■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■
■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■
■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■

DIREITOGV
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAKJUR: 0800 055 7688

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

saraivajur@editorasaraiva.com.br

Acesso: www.saraivajur.com.br

FILIAIS

AMAZONIAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro

Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3633-4782 — Manaus

BÁHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dória, 23 — Bratos

Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895

Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

BAURUR (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 — Centro

Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Baurur

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomena Gomes, 670 — Jacarecanga

Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384

Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL, Trecho 2 Lote 850 — Setor de Indústria e Abastecimento

Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951

Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto

Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806

Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro

Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Logoinha

Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Travessa Aginópolis, 186 — Batista Campos

Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038

Fax: (91) 3241-0499 — Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Loureiro, 2895 — Prado Velho

Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista

Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro

Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel

Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565

Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farrapos

Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567

Porto Alegre

SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 — Barra Funda

Fone: PABX (11) 3616-3666 — São Paulo

133.310.001.001

ISBN 978-85-02-17574-7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Veçoso, Fabia Fernandes Carvalho

Direito internacional em contexto / Fabia Fernandes
Carvalho Veçoso, coordenadora. — São Paulo : Saraiva,
2012. — (Série GVlaw: direito, gestão e prática)

Vários autores.

1. Direito internacional 2. Direitos humanos (Direito
internacional) I. Veçoso, Fabia Fernandes Carvalho. II. Série.

12-06160

CDU-341

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito internacional 341

Diretor editorial Luiz Roberto Curia

Gerente de produção editorial Lígia Alves

Editora Thais de Camargo Rodrigues

Assistente editorial Aline Darcy Flor de Souza

Produtora editorial Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Ana Cristina Garcia

Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

Daniel Pavani Naveira

Arte e diagramação Cristhina Aparecida Agudo de Freitas

Jessica Siqueira

Revisão de provas Rita de Cássia Queiroz Gorgati

Cecília Deus

Rita de Cássia S. Pereira

Serviços editoriais Camilla Artoli Loureiro

Kelli Priscila Pinto

Produção gráfica Mari Rampim

Impressão Ed. Loyola

Acabamento Ed. Loyola

Data de fechamento da edição: 10-5-2012

Dúvidas?

Acesso www.saraivajur.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

948306

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	13
<i>Apresentação</i>	19
<i>Nota dos editores</i>	21

1 A PLURALIDADE DE SENTIDOS DA NOÇÃO DE ESFERA PÚBLICA EM FACE DO PROJETO EUROPEU DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA E OS DESAFIOS JURÍDICOS CORRELATOS

7

Daniel Campos de Carvalho

1.1 Introdução	25
1.2 O arcabouço teórico acerca do espaço público contemporâneo	27
1.3 Democracia na Europa: as especulações sobre uma esfera pública continental.....	35
1.4 Transformações institucionais como condição para o advento de uma esfera pública continental: o papel do Direito.....	41
1.5 Considerações finais	46
<i>Referências</i>	48

2 A ADESAO DA UNIÃO EUROPEIA À CONVENÇÃO EUROPEIA DE DIREITOS DO HOMEM:

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS NA EUROPA

Fabia Fernandes Carvalho Veçoso

2.1 Introdução	55
2.2 O Relatório do <i>Steering Committee for Human Rights</i> do Conselho da Europa (CDDH) e a perspectiva do direito da União Europeia.....	64
2.3 As atividades do CDDH-UE – análise dos instrumentos de adesão propostos	72
2.4 Regimes hegemônicos e a proteção de direitos humanos na Europa.....	83
2.5 Considerações finais.....	87
<i>Referências</i>	89

8 3 MODELOS DE ANÁLISE DE REGIMES INTERNACIONAIS

Fabia Fernandes Carvalho Veçoso

3.1 Introdução	93
3.2 Regimes estruturais sistêmicos	98
3.3 Regimes funcionais ou contratualistas	101
3.4 Regimes institucionais	103
3.5 Regimes de conhecimento	106
3.6 “Não regimes”	110
3.7 Dimensão privada dos regimes internacionais	114
3.8 Regimes autocontidos (<i>self-contained regimes</i>).....	117
3.9 Regimes hegemônicos.....	121
3.10 Considerações finais	123
<i>Referências</i>	125

4 A TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO E A QUESTÃO DA FRAGMENTAÇÃO NO DIREITO INTERNACIONAL: UMA TENTATIVA DE DIÁLOGO COM O PENSAMENTO DE NORBERTO BOBBIO

João Alberto Alves Amorim

4.1 Introdução	131
4.2 O histórico da relação de Norberto Bobbio com o positivismo jurídico e com a teoria de Hans Kelsen	134
4.3 A Teoria do Ordenamento Jurídico – O “salto” da norma ao ordenamento como condicionante para o entendimento do Direito	141
4.4 A unidade do ordenamento jurídico e a validade de suas normas	143
4.5 A coerência do ordenamento jurídico	147
4.6 O direito internacional segundo o positivismo jurídico de Hans Kelsen e Norberto Bobbio	150
4.7 A afirmação dos direitos humanos como valor fundamental do direito internacional: a questão da fragmentação do direito internacional e uma proposta para sua abordagem com base na Teoria do Ordenamento Jurídico	158
4.8 Considerações finais	170
<i>Referências</i>	174

5 A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO SER HUMANO E AS TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO INTERNACIONAL

Liliana Lyra Jubilut

5.1 Introdução	179
5.2 O Direito Internacional em transformação	180

5.3 A proteção internacional do ser humano	186
5.3.1 As vertentes de proteção	187
5.3.2 Os princípios de proteção	192
5.3.3 Os instrumentos de proteção.....	195
5.4 As transformações no Direito Internacional a partir da proteção ao ser humano	198
5.4.1 Flexibilização da soberania	199
5.4.2 Estado internacional e novos critérios de legiti- midade.....	202
5.4.3 Humanização do Direito Internacional.....	203
5.4.4 Retomada de aspectos éticos pelo Direito Interna- cional.....	204
5.5 Considerações finais	205
<i>Referências</i>	206

6 SISTEMAS SUB-REGIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: CARACTERÍSTI- CAS E PERSPECTIVAS

10

Marina Feferbaum

6.1 Introdução	213
6.2 Aspectos gerais dos sistemas sub-regionais	213
6.3 Integração econômica e direitos humanos	216
6.4 Direitos humanos e desenvolvimento	220
6.5 A sub-regionalização diante dos demais níveis de prote- ção	224
6.6 Considerações finais.....	233
<i>Referências</i>	235

7 O DESENVOLVIMENTO NORMATIVO DOS CRIMES DE GUERRA: DAS PRIMEIRAS NO- ÇÕES AO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

João Henrique Ribeiro Roriz

7.1 Introdução	243
----------------------	-----

7.2 A dependência das jurisdições internas: das primeiras codificações até a Segunda Guerra Mundial	246
7.3 A internacionalização no pós-Segunda Guerra: Nuremberg, Tóquio e Genebra	254
7.4 A institucionalização no pós-Guerra Fria: cortes internacionais <i>ad hoc</i> e tribunal permanente	264
7.5 Considerações finais	275
<i>Referências</i>	279

8 A EFICÁCIA DA “SUSPENSÃO DE CONCESSÕES OU DE OUTRAS OBRIGAÇÕES” PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS (OSC) DA OMC E OS MEMBROS EM DESENVOLVIMENTO

Luciana Maria de Oliveira

8.1 Introdução	285
8.2 A medida de “suspensão de concessões ou de outras obrigações” no ESC	287
8.3 A eficácia da “suspensão de concessões ou de outras obrigações” no sistema de solução de controvérsias da OMC	294
8.4 A eficácia da “suspensão de concessões ou de outras obrigações” quando autorizada a membros em desenvolvimento	302
8.5 A expectativa para a conclusão da Rodada Doha de Desenvolvimento e a reforma do Entendimento	315
8.6 Considerações finais	321
<i>Referências</i>	322